

CORREIO POLÍTICO

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Paraibano tem cerca de 72% das 513 cadeiras da Casa

Hugo Motta consegue apoio de PSDB, Cidadania, PSB e PDT

O líder do Republicanos, Hugo Motta (PB) conseguiu apoio de mais partidos para suceder Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara. O deputado angirou a federação PSDB-Cidadania (17 deputados), do PSB (14) e do PDT (18). Com isso, Motta consegue votação de 72% (374) dos 513 deputados da Casa.

O líder do PSDB, Adolfo Viana (BA), o chamou de deputado "mais do que qualificado". Líder da maioria na Casa, André Figueiredo (PDT-CE) disse que a bancada tem confiança de que a gestão de Hugo Motta representará "a continuidade da gestão de Arthur Lira". O PSB, por sua vez, tinha sinalizado apoio a Elmar após o União Brasil apoiar a candidatura de João Campos à reeleição na Prefeitura do Recife e de Duarte Jr. à Prefeitura de São Luís, no Maranhão. Campos parti-

cipou da reunião da bancada ao lado do presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, para endossar o nome de Hugo Motta.

Mesmo com esses apoios, Antonio Brito (PSD-BA) mantém a candidatura, mas partido abrirá diálogo com Hugo Motta e Lira para tratar de "proporcionalidade" dos espaços do PSD na Casa, sinalizando pela primeira vez que pode deixar a disputa. A bancada delegou a ele essa tarefa de iniciar as conversas. Elmar Nascimento (União Brasil-BA), outro possível candidato, também sinalizou sua desistência, mas não a formalizou.

Motta afirmou que defende que a Câmara tenha um "ambiente saudável" e disse que a Casa não "pode ser palco de episódios tristes onde se debatem pautas que não são prioridades para a sociedade".

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Alckmin é garantia conservadora para Lula

Alckmin alerta para vídeo fake com sua imagem nas redes

Um vídeo falso circula pelas redes sociais e aplicativos de mensagem com uma imagem manipulada do vice-presidente Geraldo Alckmin. O alerta foi feito pelo próprio Alckmin, através de uma postagem nesta terça-feira (5). Segundo ele, no falso vídeo, golpistas tentam obter dados pessoais de usuários com a promessa de verificação de re-

curso a receber no Banco Central. "Peço atenção de vocês para um golpe que está circulando nas redes sociais. Trata-se de um vídeo falso, manipulado com minha imagem, orientando o usuário a inserir dados pessoais, em um site, para verificar se ele foi beneficiado com a devolução de valores por meio do Banco Central", afirmou.

Denúncia de racismo e ameaça

Ainda falando das redes sociais, através de seu perfil no X (antigo Twitter) a deputada federal Carol Dartora (PT-PR) denunciou ter sido alvo de ataques racistas e de ameaça de morte. A parlamentar disse que as ameaças se intensificaram nos últimos dias, com o envio de e-mails que teriam o objetivo de a "calar" e "intimidar". Conforme as informações, as mensagens foram encaminhadas à Polícia Federal (PF), ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Legislati-

va da Câmara dos Deputados. "Nesta semana, recebi mais um e-mail com ameaças contra a minha vida, mais uma tentativa de me calar e me intimidar", publicou a deputada na última sexta-feira (1º). "Ocupar um espaço de poder sendo uma mulher negra é, todos os dias, um ato de resistência. Desde o início da minha trajetória como deputada federal, assumi o compromisso de enfrentar desafios e lutar por justiça social, direitos humanos e inclusão para todos", acrescentou.

Aeroportos terão espaços multissensoriais para passageiros autistas

Governo Federal pretende inaugurar 20 salas até 2026

Por Karoline Cavalcante

O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) lançou, nesta terça-feira (5), o Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A intenção é que sejam implantadas nos aeroportos salas especiais para esses passageiros. O anúncio aconteceu durante o evento Airport National Meeting 2024, em Brasília.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a iniciativa mostra importância para além do desenvolvimento econômico e da geração de emprego.

"Eu tenho um afilhado, o Henrique, que é autista, e posso sentir na pele o quanto um programa como esse vai transformar a vida dele e de toda a nossa família. E, principalmente, o impacto positivo para tantas famílias brasileiras", iniciou.

"Hoje, ao anunciar essa iniciativa, estamos dando um sinal claro ao Brasil da importância das concessionárias não só para o desenvolvimento econômico e geração de emprego, mas, sobretudo, para um olhar social", acrescentou Costa Filho.

Em avaliação da psicopedagoga Márcia Maria Silva Santos, esta mudança representa um "ganho imensurável" para as crianças e para os seus familiares.

"A iniciativa do Programa de Acolhimento ao Passageiro com Transtorno do Espectro Autista, nos aeroportos brasileiros, vai proporcionar experiências positivas e prazerosas, durante o longo tempo de espera. As salas sensoriais representam um ganho imensurável, tanto para as crianças neurodivergentes como para as suas famílias. Além disso, ações como essa é gratificante para nós, pro-



Ministro de Portos e Aeroportos assina novo programa

fissionais da área, pois observamos a inclusão acontecendo na prática", disse Márcia.

Programa

Alinhado com os objetivos do Plano Aeroviário Nacional (PAN), o programa visa à instalação de 20 salas multissensoriais em aeroportos brasileiros até 2026. A iniciativa é integrada ao programa do Governo Federal "Viver sem Limites II".

Em novembro, será inaugurada uma sala multissensorial no aeroporto de Natal (RN) e estão previstas outras seis no primeiro semestre de 2025. As duas primeiras salas sensoriais em aeroportos foram instaladas em Florianópolis (SC) e Vitória (ES) pela Concessionária Zurich Airport, e serviram de inspiração para o atual programa, que é realizado pelas próprias concessionárias e não gera custo para a União.

O secretário Nacional de Aviação Civil do Mpor, Tomé Franca, citou que ao visitar a sala de Vitória, presenciou uma cena

"muito significativa", uma mãe agradecendo pelo espaço que o seu filho estava podendo acessar.

"Sabemos que o ambiente do aeroporto — o barulho, a correria, as pessoas passando com malas — pode ser desafiador para pessoas com neurodivergências. O programa traz ações simples, mas que transformam vidas. Para mim, isso é o que representa a aviação e o papel do Ministério de Portos e Aeroportos: agir pensando na responsabilidade social e levar dignidade, oportunidade, autoestima e inclusão para todos", disse Franca.

Aprimoramentos

As salas oferecerão estímulos sensoriais visuais, táteis e auditivos, promovendo relaxamento, concentração e bem-estar; e/ou salas de acomodação com ambientes tranquilos e estímulos reduzidos, pensadas para acolher passageiros durante momentos de crise, oferecendo um espaço calmo e seguro. "Estarão disponíveis para todas as faixas etárias e acessíveis tam-

bém a passageiros com outras neurodivergências, proporcionando um ambiente inclusivo para todos", afirmou o Mpor.

Também haverá uma capacitação dos profissionais do setor, além da promoção de conscientização e sensibilização dos demais passageiros. O objetivo do programa é aprimorar a experiência dos passageiros com TEA em solo e durante o voo.

Em abril de 2024, um plano de ação foi assinado pelo Mpor, pela Associação de Aeroportos do Brasil (ABR), pela Associação Brasileira de Empresas Aéreas (ABEAR), pela Azul Linhas Aéreas, pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pela Deputada Federal Iza Arruda (MDB-PE), comprometendo-se a adotar medidas que tornem o acesso ao transporte aéreo menos traumático para pessoas com TEA. Este plano foi formalizado no âmbito do Protocolo de Intenções do Programa Asas para Todos, coordenado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

STF: Nunes Marques quer ouvir Lula sobre revisão da vida toda

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Intimação é resposta de recurso da CNTM a ADI 2.111

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Kassio Nunes Marques, intimou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a se manifestarem em ação que discute a revisão da vida toda do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A decisão pela intimação foi tomada em resposta a um recurso da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.111.

A confederação contesta o julgamento do Supremo, realizado em março deste ano, que derrubou a tese da revisão da vida toda ao julgar duas ações de 1999 sobre a constitucionalidade do fator previdenciário.

A revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado pede o recálculo do benefício para incluir na conta salários antigos, de antes de julho de 1994, pagos em outras moedas.

Em março, ao julgar duas ADIs de mais de 20 anos, protocoladas em 1999 contra a lei 8.213, que criou o fator previdenciário, os ministros entenderam, por 7 votos a 4, que a correção não é possível,

contrariando decisão de 2022, quando aprovaram a revisão ao julgar o tema 1.102, que trata diretamente do caso.

Nos chamados embargos de declaração — quando se pede esclarecimento de pontos de um julgamento —, a confederação alega que a revisão é válida, já que, em 2022 o STF aprovou a correção.

Pede ainda que parte da decisão de março deste ano seja anulada, que seja declarado in-

válido o voto do ministro Gilmar Mendes por ter sido advogado-geral da União em 2000, trabalhando na defesa do fator previdenciário no Supremo, e, caso os ministros entendam não haver mesmo direito à revisão, que garantam o pagamento ao menos a quem entrou na Justiça até 21 de março deste ano.

Esse é o segundo recurso da CNTM, que já teve um outro negado pelos ministros em setembro. O prazo para manifes-

tação é de até cinco dias.

Procurada, a AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o governo na Justiça, disse que "como parte interessada, o presidente da República foi intimado a se manifestar nos autos do processo", mas que o órgão ainda não recebeu a intimação formal. "Assim que receber, irá avaliar as medidas processuais cabíveis."

No caso do Senado, a informação é de que o órgão "manifesta-se no processo por meio da Advocacia do Senado (Advosf)". A recomendação foi para acompanhar o andamento da ação no site do STF.

No recurso, o pedido da CNTM é para que se convoquem representantes do Congresso Nacional e a PGR (Procuradoria-Geral da República), mas não cita a Presidência da República.

A intimação de Nunes Marques, no entanto, não garante a aceitação dos embargos de declaração da CNTM. O recurso ainda deverá ser julgado, e pode ser rejeitado ou aceito. O ministro é o relator do caso e, após ouvir todas as partes, irá fazer seu relatório.

Por Cristiane Gercina (Folhapress)